

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Do Objeto

O objeto do presente chamamento público:

Consiste no cadastramento de instituições privadas de Educação Infantil, através de análise da habilitação, para a aquisição de vagas na Educação Infantil, na faixa etária de Creche (0 a 3 anos), de acordo com as especificações constantes nesse termo, para atender as demandas da Prefeitura Municipal do Rio Grande, até o final do ano letivo vigente a contar da assinatura do contrato.

2 - Justificativa

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança, de forma a complementar a ação da família e da comunidade, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013).

A Constituição Federal de 1988 garante o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, como um direito social, e reconhece como dever do Estado a oferta da Educação Infantil. O atendimento ao direito da criança na sua integralidade requer o cumprimento, portanto do Estado, com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4, incisos I e IV), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei 9.394/96) reforçam a garantia constitucional no intuito de fortalecer a garantia do atendimento nessa etapa.

A ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil é uma meta que ainda persiste como um grande desafio a ser enfrentado pelo país. O município tem se mobilizado para buscar investimentos junto ao Governo Federal, bem como recursos próprios para custear esta crescente demanda.

Atualmente, possuímos 15 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI'S) e 40 Escolas Municipais de Ensino Fundamental que ofertam turmas de Educação Infantil.

No entanto, apesar da crescente oferta, ainda há uma grande demanda a ser atendida e, atualmente, as escolas não têm disponibilidade para novas matrículas, sobretudo pelas limitações físicas dos espaços escolares.

Além disso, há um número expressivo de liminares, as quais determinam a matrícula imediata de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos.

Diante de todo exposto, justifica-se a necessidade do chamamento público as instituições privadas de Educação Infantil para a aquisição de vagas na Educação Infantil.

3 - Descrição dos serviços:

A instituição cadastrada deverá oferecer serviços em conformidade com as Resoluções 031/2011 e 038/2014 do Conselho Municipal de Educação (CME), onde são definidas as normas que regulamentam a Educação Infantil no município de Rio Grande, em todos os aspectos necessários para o desenvolvimento integral da criança. Com isso, a mesma deverá:

Atender crianças de 0 a 3 anos de idade, conforme prevê a legislação vigente no que tange a relação sala/professor/criança;

Garantir o atendimento de mínimo de 04 horas diárias para o turno parcial, e de no mínimo 07 horas diárias para o atendimento integral;

Cumprir com o disposto na Resolução, no que se refere aos parâmetros para a organização de grupos nas turmas da Educação Infantil, respeitando as características do espaço físico e das crianças;

Considerar a LDB, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as Resoluções do CME, na elaboração das propostas pedagógicas de trabalho da instituição.

4 - Das obrigações entre as partes:

4.1 - Da Prefeitura Municipal:

Cadastrar as instituições que atenderem os critérios pré-estabelecidos;

Manter o registro atualizado das instituições e das crianças atendidas pelo contrato;

Realizar o pagamento, conforme a demanda atendida e a apresentação dos documentos comprobatórios no mês subsequente ao da prestação do serviço;

Fiscalizar a prestação do serviço;

Designar as crianças para ocupar as vagas.

4.2 - Dos estabelecimentos de Educação Infantil:

Ao atender o presente termo de referência, cada interessado estará aderindo às condições do Município de Rio Grande por intermédio da Secretaria de Município da Educação, concordando integralmente com o exposto;

A Escola de Educação Infantil deve manter seu cadastro atualizado junto à Secretaria de Município da Educação, a qual precisa comunicar alterações de endereço e contatos;

Manter atualizada e disponível à Secretaria de Município da Educação toda a documentação da criança beneficiada pelo Termo de Referência;

Enviar para a Secretaria de Município da Educação, Setor de Contratos, no final de cada mês o relatório das crianças atendidas pela Escola contendo a frequência das crianças atendidas;

A Escola credenciada não poderá cobrar da família beneficiada a matrícula ou mensalidade, pelos atendimentos acordados com o Município por meio do presente termo;

A instituição cadastrada deverá oferecer serviços em conformidade com as Resoluções 031/2011 e 038/2014 do Conselho Municipal de Educação (CME), onde são definidas as normas que regulamentam a Educação Infantil no município de Rio Grande, em todos os aspectos necessários para o desenvolvimento integral da criança;

A Escola não poderá realizar matrículas sem a devida autorização da Secretaria de Educação.

5- Documentos necessários para o cadastramento das instituições de Educação Infantil segundo o Termo de Referência:

- 1 - Parecer de Autorização de Funcionamento emitido pelo CME;
- 2 – Alvará de Funcionamento;
- 3 - Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ;
- 4 - Cópia autenticada do RG, CPF e comprovante de residência do responsável legal;

A Instituição de Educação Infantil credenciada deverá assumir o integral compromisso na medida de suas obrigações, pela remuneração de seus funcionários, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, de seguros e causais danos ou acidentes causados a terceiros e outros equivalentes, isentando o Município de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros.

6- Da formação de preços:

Para obter a avaliação dos valores máximos aceitáveis nas propostas do chamamento público, a Secretaria de Educação tomou por base o “Valor Anual por Aluno Estimado” do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, fornecido pela Portaria Interministerial nº8, de 26 de dezembro de 2016, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Diante desse critério, os valores mensais a serem pagos pela Prefeitura Municipal do Rio Grande, por matrícula, serão os seguintes:

Creche Turno Integral	R\$ 431,17 (mensal)
Creche Turno Parcial	R\$ 331,67 (mensal)

7 – Desembolso Financeiro:

Os pagamentos serão vinculados ao quantitativo do objeto executado, que estará sujeito à fiscalização da SMEd.

O período de medição dos serviços será mensal, considerando o mês cheio. Até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, a Contratada deverá apresentar mensalmente à fiscalização a seguinte documentação:


1 – Relatório de frequência das crianças atendidas, devidamente assinado pela professora, pelos responsáveis e pela direção da escola.

2 – Parecer de autorização de funcionamento emitido pelo Conselho Municipal de Educação.

Após o recebimento da documentação, a fiscalização terá um prazo de, no máximo, 10 dias para fazer a conferência e emitir o relatório de aceite. Assim, a Contratada poderá emitir fatura relativa ao mês anterior.

 André Lemes da Silva

Secretário de Município da Educação


Neci Bandeira Coelho
Secretária Adjunta
Matr. 6508-4 / SMEd